



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 190 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2018 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 **PREVPAP na CML – terminado o processo de análise!**
- 7 **RSB “Desregulamentação” da carreira?**
- 10 **OE/2019 – onde chegámos e o caminho que nos falta...**
- 11 **No horizonte, um novo processo de descentralização de competências...**
- 14 **Direitos fundamentais são para respeitar**
- 15 **A greve nacional dos trabalhadores da administração pública de 26 de outubro**
- 16 **Formação Profissional: é tempo de investir (de forma séria) nos trabalhadores**
- 18 **Os perigos da ameaça fascista no Brasil**
- 20 **Festa de Natal do STML**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 190 — NOVEMBRO-DEZEMBRO 2018

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis
Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade
Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção
Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral
Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato
Tiragem 4.000 exemplares
Preço de capa 0,01€
Número de Identificação Fiscal 500 850 194
Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS
Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP
DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO
Campiférias
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

OUTROS
ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project

EDITORIAL

Na recta final do ano, é a discussão na Assembleia da República do Orçamento do Estado para 2019, que nos motiva.

São os salários e os direitos que urge valorizar e repor que orientam a vontade de milhares de trabalhadores, e os do município de Lisboa em particular, bem patenteada, quer na enorme adesão à greve nacional de 26 de outubro – dos trabalhadores do sector público –, quer na grande participação na manifestação nacional de 15 de novembro convocada pela CGTP-IN que envolveu os trabalhadores do sector público e do sector privado do norte ao sul do país.

As opções do Governo minoritário do PS são bem evidentes. Por um lado, **equaciona-se desviar milhares de milhões de euros para os desvarios da banca privada, das PPP, dos swaps ou dos juros da dívida, por outro, anunciam-se 50 milhões (!?) para o aumento dos salários na administração pública.** Inaceitável e vergonhoso! A luta, assumindo várias formas, justifica-se em todas elas.

No município de Lisboa, as opções do Executivo PS/BE aprofundam linhas com as quais dificilmente poderíamos concordar. **Num momento em que se prevê concluir o processo de regularização extraordinária dos vínculos precários na CML,** cujo balanço é extremamente positivo, **decidem os máximos responsáveis da autarquia, contratar mais trabalhadores a recibos-verdes...** palavras não chegam para explicar uma opção política tão indecente.

A abertura de concursos de admissão de pessoal é uma urgência inadiável, porém, face à excessiva burocracia que lhe estão associados, aliado às carências imediatas que interessam colmatar, deve-se apontar a solução de contratos a termo. Trata-se de um caminho que sabemos não ser o ideal, mas será sempre mais positivo que o recurso a 'contratos de prestações de serviços', sinónimo de abusos e inseguranças permanentes no seio dos trabalhadores que se disponibilizam para as funções exigidas. O STML não irá baixar os braços nesta inesperada ignomínia da exclusiva responsabilidade da CML.

Nas juntas de freguesia, avançam positivamente os processos que visam iniciar a negociação do ACEP com mais e melhores direitos para os respectivos trabalhadores. De um total de 24 juntas, este objectivo já foi alcançado em 3, estando 14 a analisar o processo, faltando 7 receber a proposta do Sindicato.

Nas empresas municipais, aponta-se o caminho da luta na EGEAC, face aos sucessivos atrasos do actual Conselho de Administração em responder à proposta de aumento salarial dos trabalhadores, enquanto na **Gebalis** se aguarda que os seus responsáveis corrijam as arbitrariedades que marcaram negativamente a vida dos seus trabalhadores nos últimos meses. Na **SRU,** o sindicato trabalha numa proposta de Acordo de Empresa para, oportunamente, debater com os trabalhadores e apresentar ao respectivo Conselho de Administração.

Considerando ser esta a última edição de 2018 do nosso Boletim, a Direção do STML deseja a todos os associados e suas respectivas famílias, um excelente período de festas! Desejamos igualmente, que 2019 seja um ano que nos permita, a todos, ter uma vida melhor e um futuro mais risonho. Perspectivas que só serão possíveis alcançar, com o envolvimento de cada um e de todos na luta do dia-a-dia ou nas lutas mais gerais, enquanto responsabilidades às quais não podemos nem devemos virar costas.



O STML nas Juntas de Freguesia...

Como é do conhecimento público, o STML tem procurado nos últimos meses iniciar processos de renegociação dos Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP) com várias juntas de freguesia.

Concluído positivamente a celebração de um novo ACEP com **Carnide, Marvila e Penha de França**, é já do conhecimento dos executivos dos **Olivais, Areeiro, Ajuda, Beato, Misericórdia, Santo António, Avenidas Novas, Alvalade, Lumiar, Benfica e Campo de Ourique** a proposta do sindicato face a um novo instrumento de regulação colectiva que aporta mais e melhores direitos para os respectivos trabalhadores. Nos próximos dias será enviado uma nova proposta de ACEP para **São Domingos de Benfica, São Vicente e Campolide**. Como várias vezes sublinhamos, o objectivo é envolver todas as 24 juntas de Lisboa.

Por outro lado, apesar da produção de uma lei própria à regularização extraordinária (PREVPAP) dos vínculos precários na administração local – câmaras e juntas – é com enorme preocupação que constatamos em inúmeras freguesias a existência de trabalhadores a recibos-verdes, quer excluídos por motivos vários dos processos de regularização, quer recentemente contratados para colmatar necessidades de carácter permanente. Interessa sublinhar que a Assembleia da República, na sua **Resolução nº297/2018 de 4 de outubro**, recomenda ao Governo a não exclusão dos trabalhadores sem habilitações literárias no âmbito dos processos de regularização extraordinária de vínculos precários, cabendo-lhe a responsabilidade de informar todas as autarquias do país onde decorreram ou decorre o PREVPAP.

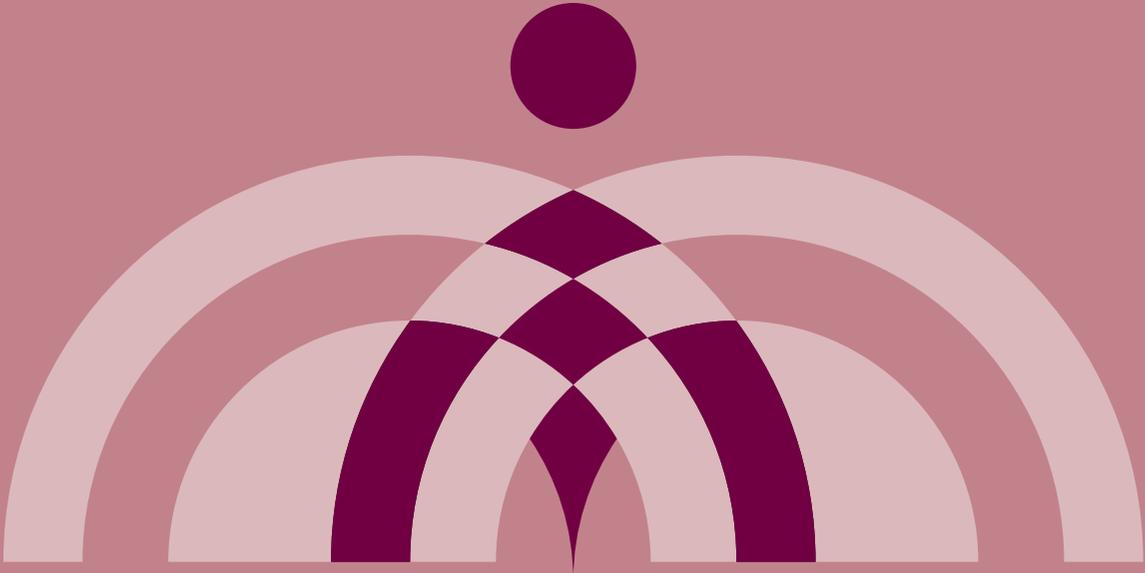
Das 24 juntas de freguesia, apenas **Alcântara e Santo António** não recorreram ao PREVPAP para regularizar as situações de precariedade. Num campo oposto, o **Parque das Nações** foi a única freguesia que constituiu uma Comissão de Avaliação Bipartida (CAB), que o STML integrou, tendo concluído já os seus trabalhos, cabendo agora ao Executivo proceder à integração dos mais de 50 trabalhadores identificados como portadores de vínculos inadequados face às necessidades permanentes da junta.

Contudo, muitos são os problemas que continuam a afectar os trabalhadores das juntas de freguesia, independentemente do vínculo laboral que possuem. Em **Campolide**, os fardamentos e equipamentos de uso diário não respondem às necessidades e obrigações dos trabalhadores, principalmente a nível dos sectores operacionais (limpeza urbana e espaços verdes). Somam-se outros assuntos como a não afixação do mapa de pessoal (como determina a lei), o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores acidentados ou a desvalorização pelas condições de saúde e segurança no trabalho. Matérias que justificaram a realização de um abaixo-assinado, cuja entrega ao presidente da junta, se prevê efectuar a 14 de novembro.

Na **Estrela**, as prepotências do executivo, em particular dos responsáveis da limpeza urbana, aprofundam o caminho institucional em limitar o acesso à informação e participação sindical dos seus trabalhadores, numa decisão já contestada pelo Sindicato e que nos mereceu forte repúdio. Ao “tempo da velha senhora” não regressamos Sr. Luís Newton! Um problema de natureza idêntico verifica-se em **Belém**, onde os trabalhadores são ameaçados por participarem nos plenários convocados pelo sindicato. Parece que as juntas de freguesia do PSD/CDS lidam mal com o Estado de Direito Democrático alcançado com a revolução do 25 de Abril de 1974. Se a memória destes autarcas é fraca, cá estaremos para os relembrar do que for necessário, exercendo plenamente os direitos que a lei consagra.

O STML continuará a intervir de forma determinada na resolução dos problemas dos trabalhadores das juntas de freguesia, valorizando e saudando todos aqueles que no passado dia 26 de outubro fizeram greve por direitos e melhores salários.

Porque a luta não pode parar, dia 15 de novembro, às 14h30, todos ao Marquês de Pombal no que será seguramente uma grande Manifestação Nacional da CGTP-IN!



PREVPAP

PREVPAP na CML – terminado o processo de análise!

O processo de regularização extraordinária de vínculos precários na CML está praticamente concluído. A última reunião da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) teve lugar no passado dia 11 de outubro.

Recorde-se que a CAB é composta por 6 elementos da CML/DMRH e 5 elementos das estruturas representativas dos trabalhadores (STML e STAL da CGTP-IN e SINTAP, STE e SNBP da UGT).

Na segunda quinzena de outubro ter-se-ão iniciado os contactos com os trabalhadores **não considerados** a integrar o mapa de pessoal da autarquia (através de ofício num processo da exclusiva responsabilidade da DMRH), visando informar da decisão e agendar uma data para uma nova auscultação caso assim o entendam. Neste sentido, após conhecimento da decisão da CAB, os interessados poderão contra-argumentar e melhor fundamentar a sua vontade em celebrar um contrato de trabalho em funções públicas (CTFP) por tempo indeterminado, corrigindo por esta via o vínculo inadequado que possuem, apesar na primeira análise assim não ter sido considerado. Há, portanto, ainda uma margem para inverter a decisão da CAB.

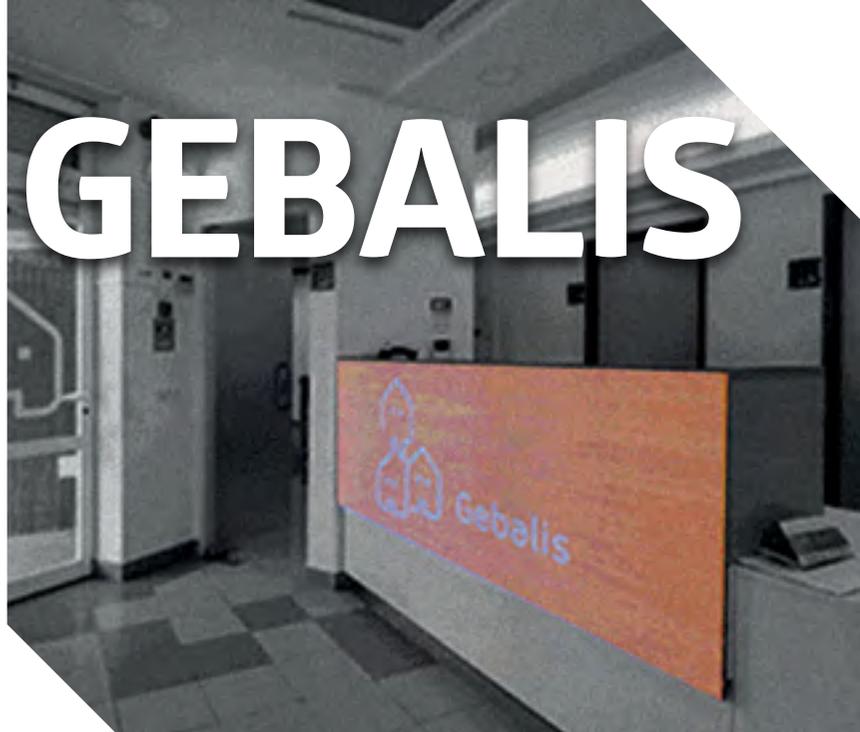
Dos 58 casos com parecer negativo (por razões distintas: trabalhadores já com CTFP com a CML e até com outros organismos públicos; assessorias políticas; estágios profissionais; contrato ao projecto), o STML considerou que, desse universo, 22 casos apontam necessidades permanentes do município. Deste modo,

onde a CAB deliberou por um sentido oposto à vontade expressa pelos respectivos trabalhadores, o STML votou contra essa mesma decisão.

Falamos da realidade individual de 22 trabalhadores que, na óptica do sindicato, ocupam postos de trabalho de carácter permanente, mas têm, porém, um vínculo precário. Como foi evidente pelo sentido de voto, tratou-se de uma posição **não** partilhada pelos elementos da Comissão, em primeiro lugar dos representantes da CML e, num segundo plano, por representantes de alguns sindicatos...

Em termos gerais, sublinha-se o balanço bastante positivo face aos resultados alcançados. Dos 217 casos de trabalhadores analisados individualmente, 159 tiveram uma decisão positiva, isto é, foram considerados favoravelmente para integrar o mapa de pessoal através da celebração de um CTFP.

Após auscultar os trabalhadores com parecer negativo, a CAB irá enviar ao Executivo Municipal a proposta final dos trabalhadores a integrar no mapa de pessoal, com detalhe sobre as respectivas carreiras e categorias profissionais. Caberá ao Executivo a decisão política que aponta a abertura de um concurso limitado e direccionado a este grupo de trabalhadores. Estima-se que no 1º trimestre de 2019, todos estejam em condições para celebrar o tão desejado CTFP por tempo indeterminado.



GEBALIS

EGEAC – A dois meses do fim do ano, não se vislumbra o aumento no salário...

Depois de nove (9) anos sem aumentos salariais, os trabalhadores da EGEAC entraram no mês de novembro sem que o Conselho de Administração (CA) revelasse qualquer vontade em responder às suas reivindicações. Tardando a resposta, ergue-se no horizonte a ideia de uma década de estagnação, na prática uma diminuição real dos salários, face aos aumentos, esses certos e regulares, de bens essenciais, e de consumo em termos gerais.

Não se compreende como o CA arrasta por tanto tempo uma negociação que é obrigatória face ao Acordo de Empresa em vigor. Se por um lado, não há justificação possível para uma demora de vários meses nas negociações, por outro, é ainda mais criticável deixar os trabalhadores às escuras sobre a contraproposta que, através do sindicato, fizeram chegar aos responsáveis máximos da empresa em setembro último.

Depois de várias abordagens nas formas de luta por aumentos salariais – pedidos de reunião, envio de comunicados, entrega de abaixo-assinado, colocação de faixas, entre outros –, que até à data em nada comprometeram o normal funcionamento e execução das actividades da empresa, os trabalhadores demonstraram nas visitas e plenários realizados pelo STML que se deverá entrar no último reduto da reivindicação.

No momento em que escrevemos este artigo, o CA agendou para 26 de novembro, nova reunião. Novembro, será assim, um mês crítico, onde a organização, unidade e determinação de todos será essencial no objectivo desejado, isto é: aumentos salariais em 2018 com retroactivos a janeiro do corrente ano!

GEBALIS – Tratamento igual para todos os trabalhadores

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) aprovou, no final de outubro, o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2019, com os votos favoráveis do PS e BE, e os votos contra do PCP, PSD e CDS-PP. Foram ainda aprovados os planos de actividade, as orientações estratégicas e o orçamento das empresas municipais – Carris, EMEL, SRU, EGEAC e Gebalis.

Em meados deste ano, recorde-se, o Executivo de Fernando Medina, tinha delegado várias competências às empresas que antes cabiam à própria autarquia. A Gebalis, por exemplo, passou a ser responsável pela manutenção e conservação de todo o património habitacional existente.

A boa saúde financeira das empresas municipais, apregoada tanto pelo Presidente da CML como pelas respectivas administrações, deve ser acompanhada da devida compensação aos trabalhadores pelo serviço público prestado na cidade de Lisboa. Ela deve ser reflectida no valor dos vencimentos.

Na Gebalis passaram-se **23 anos sem aumentos salariais** para a maioria dos profissionais. Apenas a longo prazo e com a correcta aplicação do Acordo de Empresa (AE), celebrado em 2017, é que a situação poderá ser agora ultrapassada.

A Administração da empresa aplicou corretamente o AE na maioria das matérias. Como foi o caso da integração dos dirigentes e chefias intermédias em tabela própria. Exigimos, então, o mesmo tratamento na aplicação da tabela salarial para os restantes trabalhadores.

Esta reivindicação ficou bem expressa nos 80% de assinaturas recolhidas no universo da Gebalis e que constam do abaixo-assinado, entretanto levado a cabo. O documento já reclama a correcta contagem dos anos de serviço para a integração na tabela salarial do AE – ele foi entregue, em julho, ao Presidente da CML, à Administração da Gebalis e Assembleia Municipal.

As diferenças salariais entre trabalhadores que desempenham funções iguais e têm as mesmas competências e os mesmos anos de serviço efectivo ainda são muito acentuadas. Na Gebalis, a média do salário, com a aplicação do AE, é de €1.725. Contudo, ela desce para os €1.128 quando são retirados os vencimentos das chefias. Uma diferença relevante de quase €600.

Análise de salários dos 171 trabalhadores da Gebalis

Carreira	Número de Trabalhadores	Intervalo de salário (mínimo/máximo)	Observações
Técnicos Superiores	91	de €1.036 a €2.292	72 trabalhadores ganham abaixo de €1.500. Apenas um ganha o valor máximo.
Assistentes Técnicos	80	de €810 a €2.291	33 trabalhadores ganham abaixo dos €900. Apenas 1 ganha acima dos €1.500.
Assistentes Operacionais	14	de €777 a €1.224	9 trabalhadores ganham abaixo dos €900.

Não estão considerados os 31 trabalhadores em comissão de serviço (Direções e Chefias intermédias)

A Gebalis continua a ser fustigada pela desigualdade.

A pequena evolução salarial registada no último ano, no quadro do desenvolvimento da acção reivindicativa e luta, ainda não compensou os mais de 20 anos de estagnação remuneratória e perda de poder de compra. É importante, por isso, a participação de todos os Trabalhadores nas ações de luta do STML. Vamos todos, no dia 15 de novembro de 2018, à Manifestação Nacional da CGTP-IN.



O Caderno Reivindicativo dos trabalhadores das Oficinas do DRMM foi entregue ao Presidente da CML

No passado dia 15 de outubro, uma delegação composta por dirigentes e delegados sindicais do STML, procedeu à entrega do Caderno Reivindicativo (CR) dos trabalhadores do DRMM (Oficinas Mecânicas e Armazém), ao executivo da CML.

A delegação foi recebida pela Chefe de Gabinete do presidente da autarquia e um assessor do vice-presidente, também responsável pelo pelouro.

O Caderno Reivindicativo é um importante instrumento de trabalho, onde estão referenciados os principais problemas que afectam diariamente os trabalhadores no desempenho da sua actividade profissional, contribuindo com este levantamento para a sua progressiva resolução. Este Caderno é fruto da discussão realizada pelo STML com os trabalhadores deste sector.

Um dos principais problemas identificados, é a falta de pessoal. A política seguida nos últimos anos pelos sucessivos governos, impedindo a contratação de novos trabalhadores para a Administração Pública, aliada à falta de celeridade na abertura de concursos de admissão por parte da CML, levou a uma situação insustentável ao funcionamento adequado das oficinas de manutenção mecânica.

Os trabalhadores que compõem este importante sector, têm uma média etária preocupantemente elevada, prevendo-se a aposentação de um número significativo nos próximos anos. Se não se proceder rapidamente à abertura dos concursos de admissão decididos em sessão de Câmara em 2017(!), correremos o risco da ruptura destes serviços. Por outro lado, a verificar-se a saída de trabalhadores experientes para a aposentação antes da entrada dos novos, perde-se um capital importantíssimo, que é o conhecimento acumulado, impossibilitando a transmissão inter geracional.

Outro problema que prejudica todos os trabalhadores da AP, e estes em particular devido à sua especialização, foi a destruição das carreiras, transformando-as em carreiras gerais sem perspectivas de evolução. É urgente a recuperação das carreiras profissionais, com a valorização dos trabalhadores que as compõem.

Outro processo que urge acelerar, tanto na CML como a nível governamental, é a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido. A regulamentação e actualização do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, são também prioridades.

Outras matérias são abordadas no CR igualmente importantes, como a formação profissional, fundamental ao acompanhamento da evolução tecnológica das viaturas e maquinaria; a garantia da substituição atempada dos equipamentos e ferramentas; o respeito pelas condições de saúde e segurança no trabalho, respeitando a acção dos RdT's, tanto nos processos de aquisição de EPI's e fardamentos, como noutras situações. Também as condições das instalações, no plano da sua manutenção e limpeza, assim com a melhoria do funcionamento da Medicina do Trabalho, fazem parte deste Caderno Reivindicativo.

Os trabalhadores das oficinas de manutenção mecânica e armazém do DRMM, têm estado ao longo dos anos na primeira linha na defesa do serviço público municipal, contribuindo determinantemente com a sua luta na defesa do Departamento. Exigem do Executivo da CML, o investimento necessário em meios humanos, na renovação da frota de remoção, em maquinaria, ferramentas e nas instalações, de forma a continuarem a prestar à população um serviço de qualidade.



“Desregulamentação” da carreira?

Pressionado por alguns iluminados que apenas querem ver as suas ambições concretizadas, não lhes importando quem ou o que destroem, o Governo lança o diploma, ao que parece aprovado em Conselho de Ministros, que irá regulamentar a carreira de bombeiro profissional, como se os bombeiros profissionais tivessem vivido todos estes anos, num limbo e não tivessem um estatuto próprio. O Decreto-Lei nº 106/2002 regula o estatuto jurídico dos corpos de bombeiros profissionais, apesar de nos últimos anos os sucessivos governos terem feito tábua rasa do seu conteúdo, desrespeitando as regras que eles próprios criaram.

Este novo diploma é simplesmente deplorável! O que se verifica é a total desvalorização/destruição da carreira de bombeiro sapador, sendo que nas questões mais importantes, como o estatuto remuneratório e as aposentações, o documento é totalmente omissivo. O único ponto relevante do diploma é a criação da carreira de oficial bombeiro e a possibilidade de estes poderem aceder ao posto de Comando o que, a acontecer, será só para uma muito pequena minoria.

De estranhar, a referência ao facto de terem sido ouvidos os representantes dos trabalhadores, quando é sabido por todos, que existem três instituições que representam os bombeiros e que duas delas, o STML e o STAL, nunca foram ouvidos, apesar da insistência com o Governo para que tal acontecesse.

É também estranho, que aqueles que fizeram ‘muito ruído’, até alguns plenários pelos quartéis, e que fizeram da regulamentação da carreira a sua principal bandeira, se tenham remetido agora a um silêncio ensurdecedor. Como diz o povo “quem cala consente”, o que se compreende, pois, é um fato feito à medida.

A posição da Câmara Municipal de Lisboa, do Executivo e, em particular, do seu presidente Fernando Medina e respectiva equipa de assessoria para a área dos bombeiros, é também ela lamentável. É sabido que o governo enviou o documento para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que o fez chegar junto de todas as autarquias de forma a que estas se manifestassem sobre o seu conteúdo em reunião marcada para o efeito. Lastimavelmente a autarquia de Lisboa, detentora do maior corpo de bombeiros profissionais do país, não se fez representar.

Torna-se difícil de entender que, um Governo dito de esquerda, produza tão miserável documento, mais de acordo com as motivações dos partidos de direita. Uma opção que desvaloriza as carreiras constituindo mesmo um retrocesso em relação à actual legislação do sector, mas que também manifesta a incapacidade do governo em reflectir sobre os anseios dos bombeiros.

De salientar que oficialmente, o STML e o STAL ainda não são conhecedores deste diploma, pelo que assim que o governo ou algum organismo oficial fizer chegar o documento a estas estruturas, só restará um caminho, mostrar o total repúdio pelo seu conteúdo e prepararmo-nos para a luta, de todos, na rua.

À imagem do que aconteceu em 2010, com a mobilização e concentração de um grande número de bombeiros de todo o país na Praça do Comércio, promovida pelo STML conjuntamente com o STAL, conseguiu-se parar, aquilo que o governo se prepara agora para pôr em prática. Estejamos pois atentos e preparados para reagirmos da mesma forma, dando um sinal de união de todos os bombeiros profissionais.



STML reúne com a CML

A 25 de setembro e 4 de outubro, o STML reuniu com a CML, representada pelo Vereador dos Recursos Humanos e Finanças. Também presentes, chefias várias da Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH). Ao sindicato foi apresentado o Plano de Sinistralidade com enfoque no setor profissional da limpeza urbana/remoção. O número de acidentes de trabalho teve um aumento significativo nos últimos dois anos, matéria que se procura agora aprofundar nas suas causas, consequências e soluções. Um trabalho que está a ser dirigido pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS).

Sobre mudanças e intervenções em instalações municipais, abordou-se especialmente os seguintes casos:

Arquivo Municipal de Lisboa.

Houve atrasos na transferência para o Alto da Eira, intenção que agora se prevê apenas para fins de 2019. Associado a este processo, aponta-se a mudança da Videoteca e do Arquivo do Arco do Cego para o Bairro da Liberdade apenas em 2020.

Palácio do Machadinho.

Ficou a CML de comunicar ainda este ano a solução encontrada para as futuras instalações da Direcção Municipal da Cultura.

Complexo dos Olivais 2.

Houve atrasos inesperados na obra que se desenvolve neste equipamento municipal. Em consequência, as mudanças do DSHS para o Edifício Entrepasto, da DMHU para o Complexo dos Olivais 2, encontram-se atrasadas, esperando-se para breve a sua transferência. Para 2019 estima-se a concretização de todos estes processos de realocização, incluindo a conclusão do balneário/vestiário da Limpeza Urbana.

Julgados de Paz.

Até fim do ano, espera-se a conclusão deste processo.

Hemeroteca

Avalia-se uma solução provisória até se encontrar uma resposta definitiva, não referindo, porém, uma estimativa de data nesse sentido.

Em todos estes processos, o STML lembrou a importância de um envolvimento prévio, quer do sindicato, mas também dos RdT's, na visita e avaliação às várias instalações antes de albergarem os respectivos trabalhadores.

Outras matérias foram debatidas na primeira reunião e aprofundada na segunda. Deste modo,

Descongelamentos das progressões na carreira/SIADAP

À data da reunião, perto de 8 mil trabalhadores tiveram informação sobre o número de pontos atribuídos, tendo 3.601 alterado a sua posição remuneratória. Até ao fim deste ano espera-se o encerramento deste processo.

Mobilidades intercategorias e intercarreiras

Refere a DMRH que dos 31 processos iniciados em janeiro deste ano, 6 foram já concluídos, 12 têm a lista de classificação final aprovada e 13 iniciar-se-ão brevemente. Destes 13, dois serão extintos por falta de candidatos. Referem-se 84 vagas para os 29 processos, às quais se somarão mais 12 no mapa de pessoal para 2019.

Concursos para ingresso de pessoal

Sendo um problema que urge resolver em inúmeras áreas de intervenção do município, dos 20 concursos já aprovados em reunião de câmara, apenas alguns serão abertos em 2018, ficando os restantes para o próximo ano.

Concursos de promoção

Face à persistência do STML, prevê-se para este último trimestre o início dos processos correspondentes às carreiras de fiscalização e informática, estando a DMRH a proceder ao levantamento dos potenciais candidatos. Noutras carreiras/categorias, até ao fim do ano informarão o sindicato face à avaliação apurada.

ACEP/majoração dos dias de férias pela avaliação

O STML sempre contestou a interpretação da CML sobre esta matéria, que passava pela atribuição da majoração dos dias de férias de dois em dois anos, seguindo o ciclo avaliativo do SIADAP. Uma posição agora revertida. Foi finalmente assumido o exigido pelos trabalhadores e sindicato com efeitos a partir do ciclo 2015/2016. A DMRH irá informar os vários organismos da autarquia para que procedam à atribuição dos dias de férias correspondentes a cada ano referido, junto dos seus respectivos trabalhadores.

Renegociação do ACEP

Face à proposta do sindicato em renegociar o ACEP em vigor, na perspectiva de incluir mais direitos para os trabalhadores, ficou acordada uma primeira reunião de negociação a realizar antes do fim do ano.

Processos de mudança de instalações: o compromisso da CML com o STML.



Temos assistido ao longo dos últimos anos a sucessivas mudanças de instalações de diversos serviços da CML. Uma vez por degradação ou inadequação das instalações, outras pela venda dos imóveis camarários, noutras ainda, por opção do Executivo, seguindo a sua estratégia para realocação de determinados serviços.

É conhecida a intenção deste Executivo em concentrar boa parte dos serviços municipais em três polos, nomeadamente no Edifício do Campo Grande, no Complexo Municipal dos Olivais e na Praça do Município. Opção que implica consequentes mudanças dos serviços e naturalmente dos trabalhadores.

Devemos ter em conta que, independentemente da razão e lógica das mudanças de instalações, estas causam sempre constrangimentos aos trabalhadores envolvidos, provocando alterações significativas nas suas vidas, seja na sua mobilidade diária seja na organização das rotinas que implicam a própria família.

Por outro lado, também o funcionamento dos serviços é afectado, quando não são acauteladas todas as condições para a execução da actividade como o arquivo, comunicações, meios informáticos e, principalmente, quando as mudanças são recorrentes.

Quanto à venda de património imobiliário municipal, são opções que o executivo terá que assumir politicamente. Quando nestes edifícios funcionam serviços municipais, a CML deve garantir atempadamente um local de destino, de preferência definitivo. Deve igualmente assegurar que as futuras instalações são em edifícios camarários, face a episódios recentes que em nada beneficiaram a autarquia, os trabalhadores e a cidade. Por exemplo, o aluguer “provisório” de várias parcelas do Edifício do Entrepasto, custou ao Município verbas avultadas, já para

não referir as carências não ultrapassadas, da responsabilidade do proprietário do imóvel, em termos de condições de saúde e segurança, da limpeza das instalações ou no campo da sua climatização.

O STML estabeleceu com a CML vários procedimentos a adoptar nestas situações. As mudanças de instalações devem ser coordenadas pela DMRH, acompanhando o DSHS todas as fases do processo, realizando todos os testes necessários sobre a luminosidade, ruído, climatização, qualidade do ar, etc. Se houver necessidade, deverá recorrer-se a entidades externas para exames e diagnósticos específicos. Desta ‘equipa multidisciplinar’ fazem também parte os Departamentos da DMCC, que garantem as obras necessárias e a instalação elétrica. Também o DSI, que se responsabiliza pelas comunicações e rede informática.

O envolvimento dos trabalhadores e dos seus representantes é outra condição essencial. A CML assumiu o compromisso de, através do DMRH, fornecer toda a informação (plantas, resultados dos testes efectuados, etc.) aos Representantes dos Trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho (RdT’s), aos trabalhadores envolvidos e aos Sindicatos. A realização de visitas prévias com todas as partes envolvidas, é outro passo fundamental em todo este processo, objetivando a identificação de problemas e procurando a sua correção antes da mudança per si.

Estão previstas várias mudanças de instalações a curto e médio prazo, em várias áreas de actividade do município. Exige-se assim, da parte da CML, que cumpra com o assumido e estabelecido previamente com o STML. Neste sentido, para além de envolver e auscultar, deve também considerar as sugestões e contributos dos trabalhadores e dos seus representantes. A qualidade do serviço público municipal melhorará seguramente se este for o caminho.

OE/2019

onde chegámos e o caminho que nos falta...

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2019, continua na linha das opções assumidas nos últimos três anos. Neste sentido, comporta novos avanços, como por exemplo no aumento das pensões, nos abonos de família, na gratuidade dos manuais escolares, na redução das propinas, no alargamento dos passes sociais e na redução dos custos para os utentes. Medidas que, é bom não esquecer, resultam da luta dos trabalhadores, que se reconhece e valoriza.

Contudo, a proposta é limitada e criticável. Limitada, pelas opções do Governo do PS de submissão às imposições da União Europeia e do euro, nomeadamente no que respeita à obsessão pela redução do défice orçamental (tendo como meta o défice zero), bem como no peso de uma dívida pública que tarda em ser renegociada. Criticável, pela manutenção de despesas insustentáveis com as PPPs, os swaps ou o financiamento desmesurado da banca privada que, no seu conjunto, sacrificam uma verdadeira política alternativa que responda aos problemas estruturais do país.

É neste quadro que os trabalhadores da Administração Pública (AP) continuam a não ver valorizados os salários e as carreiras.

É inaceitável a verba ridícula de 50 milhões de euros (um valor que representa 0,2% das despesas com pessoal em 2018), que o Governo apresenta para aumentos salariais dos 675 mil trabalhadores da AP.

Para termos a noção dos valores em discussão nesta proposta de OE para 2019, destacamos aqui alguns exemplos. Assim,

- Prevê-se que a despesa com as **Parcerias Público-Privadas (PPP)** em 2019, seja de **1.692 milhões de euros**, admitindo-se que possa ainda ser mais elevada;
- A despesa com **juros da dívida** será de **7.105 milhões de euros**;
- Para auxílios ao **sector financeiro** (fundos de resolução), estão previstos **1.600 milhões de euros**;
- Para os **pagamentos SWAP**, apontam-se **159 milhões de euros**;
- A **dívida da EDP e da GALP** relativa ao não pagamento da contribuição extraordinária sobre o sector energético, representa **500 milhões de euros**.

O Governo reforça a obsessão pela redução do défice (0,2% do PIB). Relembre-se que cada 0,1% vale a módica quantia de 209 milhões de euros. A 'política de défice zero' constitui um absurdo, pois um défice nas contas públicas pode ser necessário se dele resultar o aumento da capacidade produtiva da economia e a resposta a prioridades de ordem social. É um absurdo maior, num país com um nível de desenvolvimento atrasado. É um absurdo porque é desonestamente usada pelo Governo, para argumentar não ter dinheiro para actualizar os salários na AP.

Por outro lado, o Governo propõe uma significativa redução da despesa (-236 M€), passando a recorrer a meios próprios para a realização de pareceres, projectos e serviços de consultoria e a representação judiciária e mandato forense. A medida é positiva, devendo ser alargada a outras áreas como a informática, vigilância, manutenção e limpeza de instalações. Resta saber se dos exercícios de revisão da despesa, fortemente pressionados pelas autoridades europeias, resulta na eliminação da "má despesa" ou no enfraquecimento dos serviços públicos.

Em matéria de política fiscal, o IRS mantém-se "brutalmente" elevado, não havendo aumento do número de escalões, não se prevendo a sua atualização em função da inflação para 2019.

É essencial o reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, com a contratação de mais trabalhadores e a regularização dos vínculos precários, valorizando-se as carreiras e os salários destes profissionais.

A luta dos trabalhadores, do público e do privado, é essencial para melhorar o documento do OE para 2019 que, em fins de novembro, será finalmente aprovado na Assembleia da República.



No horizonte, um novo processo de descentralização de competências...

Em agosto último, o Governo aprovou com os votos favoráveis do PS e do PSD um novo pacote de competências a transferir para as autarquias. A Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei nº50/2018), objectiva o esvaziamento do Estado de algumas das suas principais funções sociais, constitucionalmente consagradas, nas áreas da cultura, protecção e segurança social, educação e saúde.

Virando costas às suas responsabilidades, o Governo minoritário do PS, com a beneplácito do PSD claro está, empurra para a alçada das câmaras municipais e juntas de freguesia competências que sabe estas não estarem em condições de assegurar. Por exemplo, a determinação económico-financeira enquadradora dessas novas competências será feita anualmente em função das orientações político-ideológicas de quem no governo decide o que serão as linhas do orçamento do Estado. Garantias que, no mínimo, levantam no horizonte nuvens negras de incerteza, não só junto dos autarcas portugueses, mas principalmente no seio dos trabalhadores e populações.

O que será expectável neste cenário de incapacidade prévia e deliberadamente construído? A resposta é clara: extinção de serviços públicos; diminuição da oferta pública; aumento dos preços dos serviços públicos; externalização/concessão/privatização de importantes áreas de interesse público; degradação do vínculo laboral público com o aumento da precariedade; aprofundamento e criação de novas assimetrias locais (no interior das cidades e concelhos) e regionais (entre diferentes partes do país – litoral versus interior).

Muitos outros problemas se levantam perante os quais o “bloco central de interesses”, leia-se PS e PSD, com ou sem o CDS-PP atrelado, parecem indiferentes, arrogando-se inclusive de um paternalismo, presunção e desprezo face às justas e legítimas aspirações das populações e trabalhadores, quer em torno de serviços públicos de qualidade e para todos, quer pelo direito ao trabalho com direitos.

Não é de estranhar neste contexto, terem já surgido vozes dissonantes de autarcas, ora do PS, ora do PSD que, contra a vontade do seu partido a nível central, exigem garantias que neste momento não estão minimamente asseguradas. Os autarcas do PCP também se opõem a este processo, não tanto motivados por garantias de natureza financeira, mas mais pela questão de fundo que aponta um retrocesso inaceitável face às disposições constitucionais e às obrigações do Estado perante **todos** os seus cidadãos.

À margem dos diferendos políticos, uns mais sérios, outros mais oportunistas, reside na capacidade de luta dos trabalhadores e das populações, o caminho que melhores garantias oferece perante uma opção e uma vontade que procuram alicerçar e executar a tese do ‘menos Estado, melhor Estado’, servindo por esta via interesses privados que lucram à conta das necessidades colectivas de um país, de uma região, de uma cidade ou de uma freguesia.

O neoliberalismo, antidemocrático e portanto adverso à satisfação das necessidades colectivas e públicas, parece uma vez mais orientar a acção política dos partidos que no tempo se sucedem nas cadeiras do poder. Porém, certo é que de ‘inevitabilidades está o inferno cheio’. Será na vida diária e real que a luta se irá erguer, com a força de quem conscientemente aspira a um país mais justo, mais igualitário e desenvolvido.

Limpeza Urbana na cidade de Lisboa



No passado mês de setembro, foi possível eleger um novo 'secretariado' agora responsável pela direcção dos trabalhos da Comissão de Limpeza Urbana. Composta por 10 elementos, 5 delegados sindicais das juntas de freguesia e mais 5 da câmara municipal, tem como objectivo definir as estratégias de intervenção que, com a Direcção do Sindicato, procuram solucionar muitos dos graves problemas que afectam os trabalhadores da limpeza urbana da cidade, seja a nível das juntas, seja no plano da remoção de resíduos enquanto competência exclusiva da CML.

No campo específico da remoção, o STML reuniu com os responsáveis do Departamento de Higiene Urbana (DHU), a 21 de setembro e 23 de outubro, procurando iniciar os trabalhos conjuntos sobre a avaliação, monitorização e correção dos circuitos de remoção, que tantos problemas têm causado aos respectivos trabalhadores – cantoneiros e condutores. É do conhecimento geral as práticas 'cegas e surdas' que envolvem alterações de circuitos, implementação de novos, mas também a existência de circuitos demasiados longos e pesados comparados com outros menos exigentes e menos desgastantes para quem os tem que fazer. Equilíbrios que urge alcançar, auscultando os trabalhadores e o STML no sentido de corrigir o mais celeremente possível as deficiências que, não raras vezes, colocam em risco a integridade física de quem, de dia ou de noite, é sujeito ao trabalho pesado da remoção de resíduos sólidos na cidade de Lisboa.

Também problemático na CML, a carência gritante de pessoal, obrigando a uma progressiva sobrecarga de trabalho dos que estão em funções. No futuro imediato o colapso deste importante serviço público municipal. Neste contexto, por insistência do sindicato, a CML já aprovou em reunião de câmara a abertura de concursos de admissão para condutores de máquinas pesadas e veículos especiais (em outubro de 2017) e cantoneiros (em julho de 2018). Contudo, da decisão política à abertura efectiva dos concursos, um mar de incertezas ou incapacidades parecem,

incompreensivelmente, arrastar o seu início. A CML empurrava inclusivamente para 2019 a abertura dos referidos concursos. Decisão depois invertida da reunião de outubro entre o STML e o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, assumindo este último a abertura destes concursos ainda em 2018.

Contudo, passado poucas semanas, e sabendo que a urgência de pessoal é enorme, não pode todavia o STML pactuar com o sentido de decisões que surpreendentemente apontam a contratação para a função de cantoneiros de trabalhadores a recibos-verdes, alimentando o cancro da precaridade, ironicamente num momento em que estás prestes a ser concluído o processo de regularização extraordinária de vínculos precários na CML.

Aceitando o facto dos concursos públicos de admissão de pessoal serem demasiados morosos, mesmo num cenário de agilização de procedimentos, na melhor das hipóteses só ao fim de 18 meses estarão ao serviço os trabalhadores aprovados. Contudo, há outros caminhos que podem e devem ser equacionados para solucionar um problema carente de resposta imediata.

Referimo-nos à celebração de contratos a termo até à conclusão dos concursos de admissão. Foi neste sentido que o Sindicato interveio junto da CML, da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e da Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU). Uma proposta que infelizmente parece ter caído em saco roto, emergindo no horizonte, uma vez mais, a chaga da precaridade. Até quando o executivo municipal e os responsáveis pelas suas direcções municipais irão insistir em aparentes soluções que, em vez de resolver problemas reais, apenas os agravam?

Por um lado, não se planeia a contratação atempada e com vínculo estável dos trabalhadores necessários à limpeza urbana, por outro semeia-se o que será a confusão e os abusos recorrentes sobre trabalhadores num estado de insegurança permanente. Os reflexos no serviço público prestado serão inevitáveis e sempre negativos. Quem ganha com este tipo de decisões?



Plenário Nacional da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP)

No passado dia 25 de setembro, realizou-se um plenário nacional junto à Assembleia da República, que juntou cerca de 400 dirigentes e delegados sindicais da Frente Comum. Esta iniciativa contou ainda com a participação do secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos.

Foi unânime a decisão de se avançar para uma greve nacional dos trabalhadores da administração pública. A greve ficou agendada para o dia 26 de outubro. Considerando que o Orçamento do Estado vai ser discutido na especialidade em novembro, existem condições para serem introduzidas alterações na proposta do Governo, que

de facto correspondam às expectativas e reivindicações dos trabalhadores.

Os trabalhadores da Administração Pública não podem aceitar o congelamento dos salários, nem a desvalorização das carreiras por mais um ano! A proposta reivindicativa da Frente Comum prevê aumentos salariais de 4%, e um aumento mínimo de 50 euros, para todos os trabalhadores, além da resposta a um conjunto de matérias que este Governo tem simplesmente recusado negociar. A luta, e a greve em particular, torna-se assim, o único caminho possível.



PLENÁRIO NACIONAL DA CGTP-IN

O Cinema São Jorge acolheu a 1 de outubro o Encontro Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais. Foi um momento de intensa vivacidade face ao conteúdo de algumas das intervenções ali apresentadas que, não só acrescentaram como reforçaram as razões para que os trabalhadores intensifiquem a luta nas empresas, nos serviços e diversos sectores de actividade. O dia que foi também de comemoração dos 48 anos da CGTP-IN teve um momento cultural de evocação das memórias e conquistas dos trabalhadores na voz de Sofia Lisboa e guitarra de Rui Galveias.

Foi abertura do Encontro, através do Secretário-geral, o anúncio da realização de uma grande Manifestação Nacional para 15 de novembro em Lisboa. Uma manifestação que terá como lema “Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores” e pretende percorrer a Avenida da Liberdade, partindo às 15h00 do Marquês de Pombal para os Restauradores. Mas há um desafio: “é uma manifestação que vai ocorrer durante a semana, numa quinta-feira”.

As razões e fortes reivindicações foram estas: Este é o momento de aumentar a nossa capacidade reivindicativa. A CGTP-IN não abdica de um aumento salarial para todos os trabalhadores – e não apenas para os salários mais baixos. A CGTP-IN exige ainda o aumento do salário mínimo nacional para os 650 euros, já em janeiro do próximo ano.

Apelou Arménio Carlos que “temos de discutir com os trabalhadores, temos de entregar os pré-avisos de greve, temos de organizar os transportes e temos de trazer os trabalhadores organizados dos locais de trabalho para a rua, para fazermos do Marquês de Pombal aos Restauradores um movimento de massa humana excepcional”.

O objectivo é “demonstrar que não aceitamos as coisas como estão a decorrer e entendemos que este é o momento para responder às nossas reivindicações e às nossas propostas, não há qualquer razão para, num quadro de crescimento económico, não acelerar o passo e avançar para um aumento geral dos salários.



DIREITOS FUNDAMENTAIS SÃO PARA RESPEITAR

Tendo como ponto de partida as inconstitucionalidades da proposta de Lei n.º 136/XIII/3.^a, que reforma a legislação laboral, a CGTP-IN realizou, no passado dia 3 de outubro, em Lisboa, um Encontro Sindical sobre “O Direito do Trabalho”.

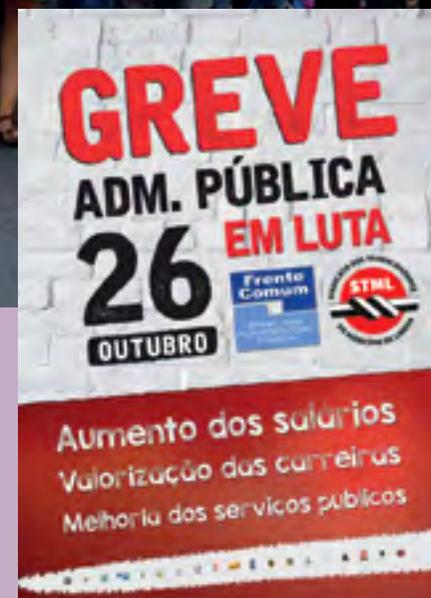
A referida proposta de alteração legislativa, da autoria do Governo PS, com o conluio da direita, vem acentuar ainda mais os desequilíbrios existentes na repartição da riqueza; põe em causa a segurança no emprego; perpetua a precariedade; ataca a contratação colectiva; e reduz os direitos e rendimentos dos trabalhadores.

O encontro contou com a presença de cerca de 200 dirigentes, delegados e corpos jurídicos dos sindicatos e reuniu vários especialistas na matéria.

Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP-IN, salientou o consenso alargado que existe sobre os indícios de inconstitucionalidade relativamente a alguns aspectos da proposta de lei em causa.

Por exemplo, no que diz respeito ao período experimental, que o Governo quer passar para uma duração de 180 dias para jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração. Segundo Arménio Carlos, trata-se de um quadro inadmissível à luz da Constituição, pois coloca em causa o princípio da igualdade de tratamento.

Das intervenções ressaltou ainda a necessidade de melhorar alguns aspectos nas relações do trabalho. Ao nível, por exemplo do acesso à Justiça; da presença dos sindicatos nas alterações aos instrumentos legais; da valorização do papel dos sindicatos e da sindicalização; do reconhecimento do tratamento mais favorável; e das actuações da ACT e dos tribunais.



A 26 de outubro assistiu-se a uma extraordinária greve nacional dos trabalhadores da administração pública!

Num momento em que ainda se discute o que será a versão final da Lei do Orçamento do Estado para 2019, os trabalhadores das várias administrações públicas responderam cabalmente às vergonhas propostas do governo sobre salários e reposição de um conjunto de direitos (valores miseráveis e ausência de vontade política). Foram milhares os trabalhadores que aderiram à greve convocada para este dia pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), não baixando a guarda pelas suas mais do que justas e legítimas expectativas.

Muitos foram os serviços públicos que pararam ou funcionaram a meio-gás. Em Lisboa, encerraram escolas, equipamentos desportivos e culturais. A limpeza urbana, quer na câmara municipal, quer nas juntas de freguesia, esteve a níveis baixíssimos, expressão inequívoca de uma forte adesão à greve pelos respectivos trabalhadores. No período nocturno (de 25 para 26 de outubro), apenas se realizaram 21 circuitos de remoção dos mais de 100 existentes. Nas oficinas de reparação e manutenção mecânica, verificou-se uma adesão superior a 60%. Nos quartéis

do Regimento de Sapadores Bombeiros, essas percentagens sobem para os 80% a 90%.

Como foi evidente, Lisboa não foi excepção face ao que também se verificou no resto do país. Cabe agora ao governo retirar ilações e avançar por um caminho que, honesta e seriamente responda às reivindicações dos trabalhadores do sector público, há muito esquecidos e esbulhados nos seus direitos e rendimentos.

A 15 de novembro, a partir das 14h30, nova jornada de luta, desta vez envolvendo também os trabalhadores do sector privado. Neste dia, terá lugar a **manifestação nacional** convocada pela CGTP-IN que exige a valorização salarial e a reposição de direitos que anteriores governos descaradamente nos retiraram e o que o actual teima em devolver.

O Orçamento do Estado para 2019 deve ter em linha de conta os interesses e as expectativas dos trabalhadores. Lutemos para que assim seja possível!



Formação Profissional: é tempo de investir (de forma séria) nos trabalhadores

O Decreto-lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, redefiniu as regras legais da formação profissional na administração pública. No entanto e, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa, o investimento formativo nos trabalhadores tem-se revelado cada vez mais débil.

No preâmbulo do documento acima referido o Governo em funções deixa muito claro os objectivos específicos do referido diploma. Elenquem-se apenas alguns dos mais prementes:

- *Reforçar o papel da formação profissional como instrumento estratégico de modernização e transformação das administrações públicas, através do estabelecimento de áreas estratégicas de formação;*
- *Adequar a formação profissional às exigências da gestão e mecanismos de mobilidade das pessoas nas administrações, como é o caso do novo mecanismo de valorização profissional;*
- *Promover a melhor articulação entre os objectivos, o ciclo e os resultados da avaliação de desempenho dos serviços e dos trabalhadores públicos e a resposta que se exige do sistema de formação profissional para a melhoria global da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos;*
- *Melhorar e simplificar os mecanismos de reporte das actividades de formação, estabelecendo exigências e momentos de reporte que permitem ajustar dinamicamente a oferta às reais necessidades formativas.*

Ora, atendendo a estes quatro itens aqui transcritos, perceberemos que na Câmara Municipal de Lisboa as carências neste domínio têm, ao contrário da pretensa vontade do legislador, ficado muito aquém do necessário. Sobretudo na categoria de Técnicos Superiores.

A realidade da oferta formativa na CML tem-se debruçado insistentemente em áreas muito específicas, como o Direito ou as disciplinas ligadas ao Urbanismo. Se atendermos que estas são,

supostamente, as áreas mais voláteis e dinâmicas no universo de competência dos trabalhadores da CML, será necessário não esquecer que uma fatia muito, mas mesmo muito significativa de profissionais das áreas das ciências sociais, comunicação ou finanças, raramente encontram no Plano de Formação oferecido pela autarquia, resposta às necessidades de formação de que inequivocamente carecem para o desempenho eficaz das suas tarefas. E também nestas disciplinas as dinâmicas são imparáveis.

Muitas vezes, o sentimento que impera entre os trabalhadores é o da viciação nas escolhas que competem aos dirigentes. Sendo parca (ou inexistente) a oferta de formação nas áreas apontadas, não raras vezes o dirigente faz as “suas escolhas” não atendendo àquilo que são as “necessidades estratégicas do serviço” (cit. DL 86-A/2016). No fundo, o “amiguismo” impõe-se em detrimento do interesse público, o que, para além da imoralidade, se reveste de um favorecimento muitas vezes declarado a um trabalhador em prejuízo de outro. Ainda mais quando o próprio sistema de avaliação em vigor nas administrações públicas (o malfadado SIADAP) o fomenta de um modo vergonhoso.

No fundo, as implicações das arbitrariedades no sistema formativo revestem-se de forma tão gravosa para os trabalhadores como uma má avaliação de desempenho. Até porque “a valorização profissional” decorrente das várias formas de formação previstas na legislação em vigor (Formação inicial, Formação contínua, Formação para a valorização profissional – artigo 6º e ss – e Autoformação – art. 16º) pode ter implicações sérias na carreira, conforme disposto todo o articulado legislativo do Trabalho em Funções Públicas. Um exemplo cabal prende-se com a hipotética majoração da avaliação em sede de SIADAP ou eventuais concursos de mobilidade ou de chefias.

Pela sua importância, a questão da formação profissional é uma matéria premente à qual deve ser dada especial atenção pelos trabalhadores.



ENCONTROS TEMÁTICOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA AS ÁREAS TÉCNICAS

O STML vai promover mais uma ronda de encontros temáticos, dando continuidade às reuniões com os trabalhadores nos locais de trabalho, principalmente dos edifícios municipais, fomentando o debate e esclarecimento, desta vez, sobre a temática da formação profissional.

Na edição anterior do Boletim “O Trabalhador do Município de Lisboa” abordámos o regime regulamentar da formação profissional e elencámos algumas exigências que regularizam o efectivo direito e dever da formação profissional. Iremos aprofundar esta temática, discutindo-a com os trabalhadores e auscultando as suas reais necessidades.

O STML reivindica que todos os trabalhadores tenham acesso à formação profissional e colaborem na elaboração do plano de formação; que todo o processo formativo seja adequado às efectivas necessidades dos trabalhadores e dos serviços e, por último, mas não menos importante, a existência de instalações adequadas, com salas de formação em número suficiente que permitam a realização de mais acções de formação em condições condignas.

Os debates temáticos sobre a formação profissional terão início em novembro nos seguintes locais de trabalho: Edifício do Campo Grande; Hemeroteca; Sede da Gebalis; Arquivo Municipal de Lisboa e Edifício da Rua Alexandre Herculano. Em dezembro, realizar-se-ão iniciativas idênticas noutros locais de trabalho, como no Gabinete da Gebalis no Bairro da Boavista.

As datas, horários e salas específicas de todos estes encontros, serão comunicados previamente aos trabalhadores pelos meios habituais.

ESPAÇO DOS APOSENTADOS



REFORMAS E PENSÕES

Sobre o OE2019, cuja proposta se encontra em discussão na especialidade, destacaremos dois temas com enorme importância: o aumento das pensões e as regras de acesso à reforma para trabalhadores com longas carreiras contributivas e que, ainda no ativo, aguardam alcançar (quantas vezes com grande ansiedade) as condições necessárias para poderem aceder à merecida reforma.

Na sequência dos dois anos anteriores, verificar-se-á um aumento das pensões, tanto o decorrente da **atualização anual** em função da inflação e do crescimento do PIB, como uma nova **atualização extraordinária**, visando compensar a perda do poder de compra causada pelo congelamento entre 2011 e 2015. Mas, desta vez, já com início em Janeiro de 2019. Esse aumento será de 10€ por pensionista cujo montante global de pensões seja igual ou inferior a 653,85€. Para os pensionistas que tenham tido atualizações entre 2011 e 2015, o aumento é de apenas 6€.

Quanto aos trabalhadores que iniciaram muito cedo sua carreira contributiva, as propostas contidas no OE 2019, são: eliminar o factor de sustentabilidade (que em 2018 impõe um corte de 14,5% no valor da pensão) para quem se reforme em janeiro de 2019 com 63 anos de idade e 40 anos de descontos e, a partir de outubro, para quem se reforme com 60 anos de idade e 40 anos de descontos. Representando um progresso relativamente à situação actual, está ainda longe da exigência da CGTP-IN pela qual continuaremos a lutar: reposição dos 65 anos como idade normal de acesso à reforma e revogação do factor de sustentabilidade; acesso à pensão de velhice **sem penalização** a todos os trabalhadores com, pelo menos, 40 anos de desconto.

Convém notar que se mantém o corte para quem se reforma antes da idade de acesso normal (que este ano é de 66 anos e 5 meses) de 0,5% por cada mês de antecipação, o que, por si só, representa uma redução muito substancial na pensão. Ex: alguém com 40 anos de descontos, mas com 60 anos de idade (a 6 anos e 5 meses da idade de acesso normal) sofre um corte 38,5%.

Há que salientar, agora e sempre, a importância da pressão organizada dos trabalhadores através do seu movimento sindical, para exigir as soluções que representem avanços efectivos na reposição e conquista de direitos e não permitir situações dúbias passíveis de interpretações contrárias aos interesses de quem trabalha e trabalhou. Daqui a necessária mobilização dos reformados para a grande Manifestação da CGTP-IN em 15 de novembro, do Marquês aos Restauradores.

Visita guiada à Exposição “800 anos de Saúde em Portugal”

A 26 de Setembro visitámos a interessante exposição sobre a história do sistema de saúde em Portugal, patente no Museu da Saúde no Hospital dos Capuchos.

Pudemos apreciar a evolução da saúde no nosso país, desde a fundação da nacionalidade até à actualidade, pela observação das cerca de 400 peças ali expostas, que testemunham as diferentes etapas do progresso técnico-científico colocado ao serviço da medicina e da farmácia.



OS PERIGOS DA AMEAÇA FASCISTA NO BRASIL

A vitória do candidato de extrema-direita nas eleições presidenciais no Brasil demonstra que a ameaça fascista é uma realidade cada vez mais presente nos tempos que correm. Perante o estado de fragilidade das instituições brasileiras e todas as convulsões porque passa a América do Sul e Central, avizinham-se dias negros para os povos desta região do globo. Um sintoma (mais um!) de que o capitalismo se prepara para voltar ao receituário fascista para superar a sua incapacidade de sobreviver em democracia.

Nos últimos anos, e sobretudo no decorrer da grande crise financeira de 2008, são vários os sintomas que demonstram que o perigo da ameaça recrudescer sobre o mundo. As eleições presidenciais de outubro, no Brasil, são sintomáticas de uma crise profunda no capitalismo mundial, que congemma paulatinamente soluções autoritárias de cariz fascista em algumas das mais vitais geografias do globo.

Não deixa de ser sintomático ler a opinião de algumas figuras da direita portuguesa sobre o alto “valor” que se deu ao debate sobre este acto eleitoral em terras brasileiras. Quase sempre, a vitória do declaradamente fascista Jair Bolsonaro foi entendida como meramente circunstancial quando, afinal, o que estava em causa nesta eleição era a democracia ou o fascismo (como, aliás, se vai percebendo nas notícias pós-eleições que vão chegando do outro lado do Atlântico). Desvalorizar o que significa Bolsonaro como presidente, estabelecendo paralelismos de normalidade com exemplos “autoritários”, como o das Filipinas de Duterte, ou até mesmo com a verborreia extremista da presidência de Trump, revela como, à direita, os laivos fascizantes são entendidos como coisa menor nos tempos que correm. Ora, esta postura é muito reveladora do valor que personagens como a líder do CDS Assunção Cristas ou a esmagadora dos articulistas do jornal neoliberal Observador dão ao Estado de direito e à democracia.

A postura de neutralidade (quase a lembrar a de Salazar nos anos 40 face às forças do Eixo) revela que, mais de meio século depois, os regimes capitalistas perante ciclos de profunda crise não hesitam em adoptar soluções radicais. Bolsonaro não é, in-

felizmente, um caso único pois, só na Europa, poderes fascizantes vão permeabilizando o sistema e, lentamente, afirmando-se como poder: a Hungria de Orban ou a Polónia do ultranacionalista Duda são casos evidentes, mas é preciso não esquecer a forte presença da extrema-direita nos governos de Itália, da Áustria ou da Ucrânia, nem a força que a Frente Nacional de Le Pen tem em França.

Mas, voltemos ao Brasil. Pela dimensão continental, por ser a 8.ª potência económica do mundo, por ser o maior país da América Latina, a vitória de Bolsonaro se revela como uma das maiores ameaças à estabilidade da região e, entendendo as relações internacionais num mundo globalizado.

Antes de mais, é preciso entender todas as convulsões porque passa aquela região do globo. Depois da onda de esquerda que marcou o dealbar do século XXI, com governos progressistas que alteraram radicalmente a vida de largos milhões de latino-americanos, proporcionando-lhe melhores condições de vida, melhor saúde e educação, as forças reacionárias abriram fortemente as hostilidades. No Brasil, as conquistas sociais dos governos Lula/Dilma foram simplesmente obliteradas ao longo dos últimos anos de modo a facilitar o regresso da direita ao poder. A intensa máquina de propaganda radical de direita e o golpe palaciano que afastou Dilma, conjugado com alguns graves desvios ideológicos do Partido dos Trabalhadores enquanto poder, levaram a este estado de coisas. Por ora, é a direita extremista que canta vitória e prepara-se para voltar a tomar conta do continente (com o alto patrocínio dos EUA).

Mas porque é que os acontecimentos no Brasil podem ser uma ameaça ao mundo? A cirúrgica destruição das instituições (não tenhamos dúvidas que todas as instituições do regime democrático brasileiro estão completamente sequestradas pela direita) ao longo de poucos anos e o sucesso das campanhas massivas de propaganda nas redes sociais (que pelo seu carácter de isolamento tornam o indivíduo mais vulnerável) são aspectos que mostram o sucesso deste receituário. Por isso, o perigo de contágio é grande e o imperialismo capitalista não deixará de o replicar e aprofundar no futuro.



O voto da imensa maioria dos países que na ONU recusam o bloqueio a Cuba

A Assembleia-geral das Nações Unidas votou a 1 de novembro por unanimidade a proposta de Resolução apresentada pela República de Cuba sobre a «necessidade de acabar com o bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba», crime que está prestes a completar 60 anos, tantos quantos o triunfo da Revolução cubana.

Os resultados da votação foram os seguintes: pelo fim do bloqueio votaram 191 países. Não houve qualquer abstenção e dois países, Estados Unidos e Israel, votaram contra.

O Bloqueio contra Cuba é o mais severo, prolongado e injusto sistema de sanções unilaterais que alguma vez se aplicou a um país, com a brutal agravante de ser um acto de guerra económica cujo objectivo é a destruição do sistema político, económico e social livremente escolhido e construído por aquele povo. Constitui uma frontal violação dos mais básicos direitos humanos do povo cubano, dos direitos dos outros povos, incluindo a sua liberdade (pelo seu carácter extraterritorial e impedimento de viagens a Cuba), bem como da soberania de Cuba e do Direito Internacional. À luz da Convenção de Genebra pode ser considerado um acto de genocídio.

Ao longo destes quase 60 anos, o bloqueio foi e é o maior obstáculo ao desenvolvimento económico de Cuba e às suas relações económicas, comerciais e financeiras com o resto do Mundo. Os prejuízos financeiros acumulados ao longo destas seis décadas ascendem a 934 mil milhões de dólares.

Acompanhando a intensificação da ofensiva na América Latina, e em particular do imperialismo norte-americano, o bloqueio a Cuba foi, no último ano acentuado e acompanhado de uma retórica e acções de crescente ameaça a Cuba. Trata-se da 27.ª vez em que o bloqueio foi condenado pela Assembleia-geral da ONU.

À semelhança do ano passado, EUA e Israel ficaram mais uma vez isolados. A votação deste ano, menos de uma semana depois das eleições no Brasil, adquiriu uma importância e simbolismo ainda maiores. Lutar contra o bloqueio é cada vez mais lutar pela liberdade e o progresso, na América Latina e no Mundo.



Festa de Natal do STML

O STML irá celebrar a Festa de Natal para os seus associados e familiares, como já é habitual, numa ida ao circo durante o mês de dezembro. A distribuição dos bilhetes será realizada na Sede do Sindicato, tendo cada associado direito a dois (2) bilhetes, acrescentando os bilhetes para os respectivos filhos, dos 4 aos 14 anos de idade inclusivé, desde que acompanhados com o devido documento identificativo.

A informação detalhada relativa a datas e regras da distribuição dos bilhetes, sessões horários e localização do Circo, consta na carta/formulário que segue em conjunto com esta edição d'*O Trabalhador do Município de Lisboa*.

Considerando ser o último *Boletim* do ano, a Direcção do STML deseja a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e das Empresas Municipais, em especial aos nossos associados, umas Festas Felizes.